

OS DIVERSOS TIPOS DE EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

Marcus Vinicius de Oliveira Brasil

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas.
PPGA/UNIFOR. PPGA/UNIFOR. E-mail: mvobrasil@gmail.com

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de
Empresas. PPGA/UNIFOR. E-mail: bianapsq@hotmail.com

Mônica Mota Tassigny

Doutorado em Educação. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em
Administração de Empresas (PPGA/UNIFOR). E-mail: monica.tass@gmail.com

Randal Martins Pompeu

Doutorado em Gestão. Professor Adjunto da Universidade
de Fortaleza. E-mail: randal@unifor.br

Francisco Correia de Oliveira

Pós-doutor em Administração. Universidade Estadual do Ceará-UECE
Universidade Federal do Cariri- UFCA. E-mail: fcdeol@gmail.com

Envio em: Maio de 2014

Aceite em: Setembro de 2014

RESUMO: O tema empreendedorismo sustentável é relativamente recente na literatura. O objetivo geral deste ensaio teórico é discutir as diversas formas de empreendedorismo e seus respectivos tipos empreendedores orientados à sustentabilidade. O trabalho parte do pressuposto de que o empreendedorismo orientado à sustentabilidade tem diferentes formas de concepção na literatura, que abrangem o Ecoempreendedor, o Empreendedor Social, o Empreendedor Institucional e o Empreendedor Sustentável. Com efeito, o empreendedorismo sustentável dá suporte à vida na comunidade e preserva a natureza por meio das práticas de responsabilidade socioambiental, com intenso relacionamento com a sustentabilidade das organizações e suas práticas institucionais. O estado da arte sobre o assunto indica que esses estudos avançam, ensejando intensiva base teórica para as inovações sustentáveis. Este artigo sinaliza que é possível acrescentar à literatura sobre o tema inserções proveniente das teorias da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Responsabilidade Social. Sustentabilidade. Mercados Sustentáveis.

THE VARIOUS TYPES OF SUSTAINABLE ENTREPRENEURSHIP

ABSTRACT: The Sustainable Entrepreneurship theme is relatively recent in the entrepreneurial literature. The aim of this theoretical paper is to discuss the various forms of entrepreneurship and their entrepreneurial types oriented to sustainability. The work assumes that entrepreneurship in the context of sustainability has different ways of conception in the literature, covering the Eco-preneur, Social Entrepreneur, Sustainable Entrepreneur and Institutional Entrepreneur. Indeed, sustainable entrepreneurship supports community life and preserves nature through the practices of environmental responsibility. It also presents intense relationship with the sustainability of organizations and their institutional practices. The state of the art on the subject indicates that these studies advance, allowing intensive theoretical basis for sustainable innovations. This article indicates that it is possible to add to the literature of the theme some insertions from the Theories of Social Responsibility and Sustainability.

Keywords: Social Entrepreneurship. Social Responsibility. Sustainability. Sustainable Markets.

LOS DIVERSOS TIPOS DE INICIATIVA EMPRESARIAL SOSTENIBLE

RESUMEN: El tema de la iniciativa empresarial sostenible es relativamente reciente en la literatura empresarial. El objetivo de este trabajo teórico es discutir las distintas formas de actividad empresarial y sus tipos empresariales orientadas a la sostenibilidad. El trabajo asume que el espíritu empresarial en el contexto de la sostenibilidad tiene diferentes formas de concepción en la literatura, que cubre el Ecopreneur, Emprendedor Social, Emprendedor Sostenible y Emprendedor Institucional. En efecto, el espíritu empresarial sostenible es compatible con la vida de la comunidad y preserva la naturaleza a través de las prácticas de responsabilidad ambiental, sino que también presenta una intensa relación con la sostenibilidad de las organizaciones y sus prácticas institucionales. El estado del arte sobre el tema indica que estos estudios avanzan, permitiendo base teórica intensiva para innovaciones sostenibles. En este artículo se indica que es posible añadir a la literatura del tema algunas inserciones de las teorías de la Responsabilidad Social y la Sostenibilidad.

Palabras clave: Emprendimiento Social. Responsabilidad Social. Sostenibilidad. Mercados Sostenibles.

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo sustentável é uma área de estudo relativamente recente na literatura pertinente ao estudo. O interesse pelo tema surge da necessidade de explicar os novos tipos de empreendedores que estão atuando em negócios denominados sociais e sustentáveis.

Entende-se que em Negócios Sociais, a organização está sujeita a perdas e a pagar dividendos, porém ela está trabalhando para promover o social muito mais que o capital (YUNUS, 2007a, p. 10). Observa-se que este tipo de atividade funciona com um foco específico no social, mas preserva toda necessidade de registro e operacionalidade como qualquer empresa. Ainda existe na literatura uma definição denominada de Negócios Sustentáveis, que no entendimento de Mathew (2009), são aqueles que envolvem produtos e serviços oferecidos pelas companhias, com foco em fatores de qualidade, constante atualização e inovação, promovendo o desenvolvimento das famílias, comunidades locais e a sociedade, ou seja, beneficiando as futuras gerações pelo desenvolvimento sustentável; isto é, deve levar em consideração ações de curto, médio e longo prazo.

É um ensaio teórico cujo objetivo é discutir as diversas formas de empreendedorismo e seus respectivos tipos de empreendedores orientados à sustentabilidade. O trabalho admite como pressuposto que o empreendedorismo orientado à sustentabilidade se apresenta com as seguintes correntes teóricas: empreendedorismo ambiental, empreendedorismo social, empreendedorismo institucional e empreendedorismo sustentável.

Este artigo envolve conceitos sobre desenvolvimento sustentável, empreendedorismo sustentável, responsabilidade socioambiental no contexto das organizações. Isto porque é no polo teórico que se fundamentam as teorias que ajudam na inserção de novas contribuições conceituais pela formulação sistemática dos objetos científicos, por meio de processos discursivos da investigação.

A escolha de teorias adequadas para ajudar a responder o questionamento central da pesquisa foi necessária ao progresso desta busca científica. Elas puderam contribuir no aprimoramento das teorias vigentes. A reflexão teórica é imprescindível, quando se quer

ensejar teorias novas ou não, ou expandir conceitos, ou mesmo tão somente para iniciar um ensaio teórico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

No tocante à literatura sobre empreendedorismo sustentável, esta se encontra em desenvolvimento, por isso este artigo pretende trazer algumas contribuições em discernir termos muito polissêmicos, como eco empreendedorismo (empreendedorismo ambiental) e empreendedorismo social, e o de viés institucional, já que a linha entre estes é muito tênue com relação ao empreendedorismo sustentável.

2. EMPREENDEDORISMOS ORIENTADOS À SUSTENTABILIDADE

Em relação aos tipos de empreendedores tradicional e social, apesar de operarem fluxos de caixa e terem fontes de receitas, o segundo não tem a intenção de maximizar o retorno financeiro dos acionistas. Em vez disso, sua contribuição para as pessoas na sociedade é valorizada na constituição de um mundo melhor do ponto de vista de sua missão social (MURPHY; COOMBES, 2008).

É importante diferenciar o empreendedor social e um filantropo. No primeiro caso, o empreendedor social visa maximizar as relações sociais de respeito e confiança, ou capital social, e usa sua liderança em torno de um projeto social. Já este último investe nas ideias do empreendedor social (TRIVEDI, 2010).

Segundo Parrish (2010, p. 511, à mão livre),

Em contraste, os empreendedores sustentáveis veem as empresas como meios de perpetuar os recursos, com a lógica subjacente de usar os recursos humanos e naturais de uma maneira que incrementem e mantenham a qualidade de seus funcionamentos por um maior tempo possível.

Então, o empreendedorismo sustentável é definido como forma de empreendedorismo inovador orientado para o mercado e na criação de valor, respeitando o ambiental e o social, propiciando inovações e produtos que excedam a fase de *start-up* de uma empresa (SPENCE; GHERIB; BIWOLE, 2011). O empreendedorismo sustentável, porém, é possível? “Seu principal objetivo seria produzir bens e serviços que atuem nas soluções de problemas da sociedade” (BOSZCZOWSKI; TEIXEIRA, 2009, p. 6), maximizando, assim, a função de produção pela introdução de bens ou serviços ditos sustentáveis, que integrem o ambiental, o social, o institucional e o econômico.

Na mesma linha, Pimentel, Reinaldo e Oliveira (2010, p. 6) defendem a ideia de que o “empreendedorismo sustentável é o resultado da integração sistêmica das dimensões econômica, social e ambiental do empreendedorismo. Ou seja, um empreendimento é sustentável quando é ambientalmente sustentável, socialmente sustentável, economicamente sustentável...” Sendo assim, a integração destes pilares pode diferenciar as inovações sustentáveis das convencionais, ou seja, nem toda inovação tem sustentabilidade.

Para Patzelt e Shepherd (2011, p. 632, tradução nossa), “Empreendedorismo sustentável é a descoberta, a criação e a exploração de oportunidades para criação de futuros bens e serviços que sustentem o ambiente natural e/ou comunitário e que desenvolva a provisão de ganhos para outros”. Resta notório, aqui, é que, quando os autores falam de ganhos, não se trata de ganho pessoal, mas sim de ganhos a serem repartidos para terceiros.

Os autores Shepherd e Patzelt (2011) trabalharam o conceito de empreendedorismo sustentável, provocando a comunidade acadêmica a adentrar esse campo de pesquisa em três vertentes: econômica, institucional e psicológica, tentando assim, construir uma ponte entre “o que deve ser sustentável” e “o que deve ser desenvolvido”, buscando incluir ganhos econômicos e não econômicos para os indivíduos e para a sociedade nessa seara recente de estudos do empreendedorismo. Sendo assim, o conceito dos autores é

O empreendedorismo sustentável é focado na preservação da natureza, suporte à vida e a comunidade, e persegue oportunidades em trazer à existência futuros produtos, processos e serviços lucrativos, onde o ganho é amplamente construído de forma a incluir fatores econômicos e não econômicos para os indivíduos, a economia e a sociedade. (SHEPHERD; PATZELT, 2011, p. 137, tradução nossa).

Na proposição da questão “O que deve ser sustentável no Empreendedorismo Sustentável?” defende-se a ideia de que: a natureza, as fontes de suporte a vida e as comunidades devem ser sustentáveis. Na indagação “O que deve ser desenvolvido no Empreendedorismo Sustentável?” – é argumentado que, enquanto o lucro é a questão central no empreendedorismo, para se tornar sustentável, deve contemplar, além dos ganhos econômicos, aqueles não econômicos para os indivíduos e para a sociedade (SHEPHERD; PATZELT, 2011, p. 139-142).

Apesar dessa restrição, o novo conceito apresentado pode incluir estudos em Ecoempreendedorismo (Empreendedorismo Ambiental), que envolve sistemas de biodiversidade e ecologia, ou seja, a questão ambiental da Terra. E pode incluir também os conceitos de Empreendedorismo Social e de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), o primeiro conceito mais focado na missão social da empresa e ganhos não econômicos para os indivíduos e à sociedade; e o segundo mais direcionado a atender quesitos de governança corporativa ou envolvimento das empresas com questões socioambientais (SHEPHERD; PATZELT, 2011).

A Sustentabilidade Corporativa (SC) objetiva incrementar a performance econômica, ambiental e social da organização, por intermédio dos pilares das pessoas, do Planeta e do lucro (BOS-BROUWERS, 2009). Os estudos de SC são muito complexos, pois diferem entre países, indústrias e ao longo do tempo, pois são dependentes de uma série de parâmetros, como tecnologia, regime sociotécnico e visibilidade (SALZMANN; IONESCU-SOMMERS; STEGER, 2005).

Essa vertente da SC considera que o empreendedorismo sustentável é parte da função de produção. “Se considerarmos que o comprometimento é provocado pelo sistema produtivo, as organizações têm que adaptá-lo ou melhorá-lo de tal forma que possamos compatibilizar ambas: Desenvolver sim, mas de modo Sustentável” (CORRÊA; HOELTGEBAUM, 2010, p. 36-37).

E quanto ao empreendedor social e o ecoempreendedor? Na verdade, o empreendedor social polariza ideias sobre uma ética mais apurada do que somente ter lucros. Ele motiva a equipe em torno de uma causa comum, todos seguem a mesma visão social e, eventualmente, podem trazer ideias criativas para o projeto, permitindo a inovação social (TRIVEDI, 2010). E Teymorpor, Nazari e Emami (2012) complementam, expressando que o empreendedorismo social envolve uma atividade inovadora que enseja valor social.

No intuito de discernir melhor os conceitos, Oliveira (2004, p. 11) distingue alguns dos principais conceitos de empreendedorismo social (QUADRO 1).

Quadro 1 – Conceitos sobre Empreendedorismo Social-Visão Nacional

AUTOR	CONCEITO
Leite (2002)	“O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita”.
Ashoka Empreendedores Sociais e Mckisey e Cia. INC (2001)	“Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o improviso”.
Melo Neto e Fróes (2001)	“Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo a comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia”.
Rao (1998)	“Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro”.
Rouere e Pádua (2001)	“Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas”.

Fonte: Oliveira (2004, p. 11).

Em resumo, a mensagem do empreendedorismo social está na criação de valores para a sociedade de maneira criativa e inovadora (PIMENTEL; REINALDO; OLIVEIRA, 2010). E, na concepção de Rao (1998), os empreendedores sociais usam sua *expertise* para ajudar as pessoas numa empreitada social sem objetivar lucros. A inovação social é um dos agentes impulsionadores do empreendedorismo social, além da missão ou causa que o empreendedor social adere ou mesmo o negócio social que o motiva.

No empreendedorismo social por meio de projetos sociais, a ética do pragmatismo social em contraposição ou em justaposição à clássica ética dos negócios pode tanto afetar o nível moral, como o desempenho dos negócios de uma maneira geral. Rouere e Pádua (2001) assumem a ideia de que o empreendedor social promove o desenvolvimento sustentável no aspecto social. De acordo com Melo Neto e Fróes (2002, p.131,) o quadro 2 sintetiza a diferença entre projetos sociais e de empreendedorismo social.

Quadro 2 – Diferenças entre Projetos Sociais e de Empreendedorismo Social

ELEMENTOS	PROJETOS SOCIAIS	PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL
1. objetivo	solucionar problemas sociais	“empoderar” a comunidade
2. foco	problemas sociais	demandas e potenciais (individuais e coletivas)
3. beneficiários	agrupamentos sociais e segmentos populacionais em situação de risco social	comunidade locais e regionais (atores sociais)
4. dinâmica de funcionamento	ações que geram produtos para satisfazer demandas insatisfeitas	ações de fomento ao empreendedorismo comunitário
5. escopo de atuação	ações de implementação e gestão	ações diversas, no entanto voltadas para objetivos de desenvolvimento possível e necessário.

Fonte: Melo Neto e Fróes (2002, p. 131).

Basicamente, um projeto de empreendedorismo social difere do tradicional quanto ao escopo de atuação, já que o propósito dele não é o de solucionar uma questão social específica, mas empoderar ou dar poderes a uma comunidade na solução de seus problemas sociais. Sua dinâmica está mais voltada para o desenvolvimento local e regional do que qualquer processo da gestão. Os projetos de empreendedorismo social dependem mais dos agentes sociais envolvidos do que dos gestores, como nos projetos tradicionais. No empreendedorismo social, a comunidade é autogestora de seus projetos sociais, sem a interferência de terceiros; a comunidade é a própria beneficiada (MELO NETO; FRÓES, 2002).

O empreendedorismo social existe exclusivamente “para criar, manter, distribuir e/ou disseminar valor social ou ambiental de forma inovadora por meio de operações corporativas, ocorridas em empreendimentos sociais, instituições sem fins lucrativos, instituições públicas ou privadas” (GRANADOS et al., 2011, p. 199). Fica entendido que o Empreendedorismo Social é uma atividade de cunho eminentemente social, mas que não está desassociada do ambiental. Esta definição guarda uma relação com a maioria dos autores internacionais que discorrem sobre o conceito de empreendedorismo social dado pelo quadro 3.

Quadro 3 – Conceitos sobre Empreendedorismo Social-Visão Internacional

AUTOR	CONCEITO
Alvard, Brown e Letts (2004, p. 262)	“Cria soluções inovadoras para problemas sociais imediatos e mobiliza as ideias, capacidades, recursos e arranjos sociais necessários para as transformações sociais sustentáveis”.
Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006, p. 2)	“Empreendedorismo Social como inovação, e como atividade criadora de valor social pode ocorrer entre ou ao longo de empresas não-lucrativas, negócios, ou setores governamentais”.
Boschee e McClurg (2003, p. 3)	“O empreendedor social é qualquer pessoa, em qualquer setor, que usa de estratégias de geração de renda para perseguir um objetivo social, e um empreendedor social difere do tradicional em duas importantes maneiras: empreendedores tradicionais frequentemente não agem de uma maneira socialmente responsável. Em segundo lugar, empreendedores tradicionais são em última análise avaliados pelos resultados financeiros”.
Korosec e Berman (2006, p. 448-449)	“Empreendedores Sociais são definidos como indivíduos ou organizações privadas que tomam a iniciativa para identificar e resolver importantes problemas sociais nas suas comunidades. Organizações e indivíduos que desenvolvem novos programas, serviços, e soluções para problemas específicos e aquelas que resolvem as necessidades de populações especiais”.

Thompson e Doherty (2006, p. 362)	“Empresas sociais- uma definição simples- são organizações procurando soluções empresariais para problemas sociais”.
Yunus (2008, p. 41)	“Qualquer iniciativa inovadora para ajudar as pessoas pode ser descrita como negócio social. A iniciativa pode ser econômica ou não-econômica, lucrativa ou não-lucrativa”.
Zahra, Gedajlovic, Neubaum e Shulman (2009, p. 5)	“O empreendedorismo social abrange as atividades e processos realizados para descobrir, definir e explorar as oportunidades a fim de aumentar a riqueza social através da criação de novos empreendimentos ou pela gestão das organizações existentes de maneira inovadora”.

Fonte: Adaptado pelo autor de Dacin, Dacin e Matear (2010, p. 39-41, tradução nossa).

Então, com suporte em diversos pontos de vista, tanto no plano nacional como internacional, foi concluído que, nos projetos tradicionais, a demanda é por serviços sociais básicos emergentes de saúde, emprego, informação e educação. Já as demandas do empreendedorismo social estão no desenvolvimento comunitário, pela própria comunidade, de maneira global e sustentada. Existem uma cooperação e uma autogestão na comunidade para o seu empoderamento. Confirmando o que disseram Melo Neto e Fróes (2002, p. 129), “Portanto, o empreendedorismo social não deve ser visto como um conjunto de ações direcionadas para suprir as demandas sociais existentes numa comunidade, uma vez que seu objetivo é outro”.

Isso corrobora o pressuposto desta pesquisa, de que, nesse caso, o empreendedorismo sustentável explicou melhor os tipos de projetos sociais da Fundação em estudo, visto que é adotada neste ensaio a ideia de que

O empreendedorismo social abrange as atividades e processos realizados para descobrir, definir e explorar as oportunidades a fim de aumentar a riqueza social através da criação de novos empreendimentos ou pela gestão das organizações existentes de maneira inovadora (ZAHRA et. al., 2009, p. 519, tradução nossa).

Para a Teoria Empreendedora como uma ciência, o empreendimento sustentável não deve ser tratado apenas como outro tipo de organização. O Empreendedorismo Corporativo Sustentável (SCE), em seu conceito, visa, como processo, alavancar a inovação de produtos, processos, estratégias, domínio ou modelos de negócios de uma organização para descobrir, avaliar e, finalmente, explorar atraentes oportunidades econômicas criadas pela existência latente e a manifestação de problemas ambientais e/ou questões de responsabilidade social (MILES; MUNILLA; DARROCH, 2009). E os empreendedores ambientais?

Os ecoempreendedores compartilham valores ambientais em organizações lucrativas cujos negócios, produtos ou serviços sejam verdes, mas eles possuem motivações similares aos empreendedores de maneira geral, exceto por suas aspirações ecologicamente corretas (KIRKWOOD; WALTON, 2010). Gibbs (2009, p. 65, tradução nossa) assevera sobre um subconjunto de empresários sustentáveis denominados “*ecopreneurs*, definidos aqui como aqueles empresários que combinam a conscientização ambiental com atividades de seu negócio em uma intenção única de mudar a base do desenvolvimento econômico para uma base mais consciente dos problemas do ambiente”.

Arundel e Kemp (2009, p. 34, tradução nossa) defendem o argumento de que as “Eco inovações podem ser motivadas por considerações econômicas ou ambientais”. Finalmente, a ecoinovação é definida como a produção, assimilação e exploração de novos produtos, processos de produção, serviços ou métodos de negócio e gestão, que visam, ao longo



de seu ciclo de vida, prevenir ou reduzir substancialmente o risco ambiental, poluição e outros impactos negativos da utilização dos recursos (incluindo a utilização de energia). A novidade e os fins ambientais são as duas características distintivas.

Os conceitos deecoinovações, inovações ambientais e inovações sustentáveis são termos citados indistintamente neste artigo, já que são considerados semelhantes; malgrado a questão de o empreendedorismo sustentável averiguar como o mesmo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O espaço das teorias ajuda a guiar a formulação de pressupostos, bem como a validação de conceitos e modelos. Ainda estabelece regras para interpretar os fatos e fornecer possíveis soluções transitórias aos mesmos (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

De acordo com Sartorius (2006, p. 268-269, tradução nossa),

As inovações desempenham um papel crucial não somente de forma contundente no crescimento econômico de países desenvolvidos desde o começo da revolução industrial [...], elas são também importantes, senão os únicos meios de manter a sustentabilidade desse desenvolvimento, portanto, prevenir a destruição do meio ambiente e a exaustão dos recursos naturais são necessárias para todos os nossos descendentes para manter pelo ao menos o nível corrente de riquezas naturais...

Resta claro que, na perspectiva evolucionária com a introdução do termo ecoinovação por parte de Rennings (2000), este traz o entendimento da importância do papel da inovação social e da institucional. A leitura do posicionamento de Shepherd e Patzelt (2011), com relação ao que pode ser desenvolvido no campo de estudos do Empreendedorismo Sustentável, inclui perspectivas, principalmente, de três áreas- Economia, Teoria Institucional e Psicologia- mas podem ser incluídas contribuições da Antropologia, Ciências Físicas e Engenharia. As três disciplinas escolhidas por eles, em seu *framework* metateórico, são fundamentadas no largo uso destas no campo do empreendedorismo, sendo estimulada a contribuição de novos *insights* teóricos das diversas correntes da Ciência.

O *framework* é metateórico muito mais que teórico, permitindo, assim, maior inserção de contribuições de ciências diversas. Na proposição da questão “O que deve ser sustentável no Empreendedorismo Sustentável?”, é defendida a noção de que: a natureza, as fontes de suporte à vida e as comunidades devem ser sustentáveis. Na perspectiva econômica, os autores Shepherd e Patzelt (2011, p. 144, tradução nossa) relatam que os “Empreendedores são motivados pelo ganho pessoal de lucros e suas ações são voltadas para eficiência de mercado”.

Então, retornam-se as questões do *framework* – o que deve ser sustentável? E o que deve ser desenvolvido? A primeira resposta envolve: mercados de suporte à vida providos pelo ambiente, mercados para valores intrínsecos do meio ambiente, a economia e sustentação de comunidades. A segunda resposta abrange: desenvolvimento econômico de terceiros que não o empreendedor, e o desenvolvimento não econômico. Dean e McMullen (2007, p. 50) exprimem ideia de que,

Numa perspectiva da Economia Ambiental é concluída que a degradação ambiental resulta de falhas de mercado, onde também a literatura empreendedora argumenta que as oportunidades são inerentes às falhas de mercado. Uma síntese destas literaturas sugere que importantes falhas de mercado do meio ambiente representam oportunidades para adquirir lucratividade enquanto de forma simultânea podem reduzir a degradação ambiental decorrente do comportamento econômico. Isto também implica em conceitualizações de sustentabilidade e empreendedorismo ambiental cuja função é detalhar como os empreendedores dimensionam suas oportunidades inerentes àquelas falhas de mercado relativas ao meio ambiente.

Nesse sentido, Dean e McMullen (2007) entendem que o declínio do meio ambiente natural constitui falha de mercado, logo, pode ser encarado como uma oportunidade empreendedora, visto que os empreendedores podem acumular ganhos econômicos ao resolverem esta falha pelo reconhecimento e exploração de oportunidades sustentáveis (PATZELT; SHEPHERD, 2011).

Os empreendedores devem detectar oportunidades que sustentem o meio ambiente, a comunidade e a economia. No entendimento de Patzelt e Shepherd (2011), no entanto, a ação empreendedora deve criar ganho social, se considera valores culturais e sociais dos grupos ou comunidades envolvidos, constituindo seu alvo institucional. Segundo Baratter, Ferreira e Costa (2009, p. 12), “No contexto de mudança um tema que tem atraído atenção de pesquisadores é o empreendedorismo institucional, que tem como elemento relevante o ator social imbuído na inovação e legitimação de novas práticas em um campo organizacional”.

A literatura sobre o assunto traz esse tipo de empreendedor sustentável que é o empreendedor institucional, sob uma lógica das organizações. Tracey, Phillips e Jarvis (2011, p. 60, tradução nossa) argumentam

[...] que uma maneira importante pela qual novas formas organizacionais emergem, é através de um processo de transição para o empreendedorismo institucional, que envolve um empreendedor institucional, pessoa que combina aspectos de lógicas institucionais estabelecidas para criar um novo tipo de organização sustentada por uma lógica nova e híbrida.

Como essa mudança é estabelecida pelo empreendedor institucional? Mckague (2011) relaciona três situações na Teoria do Empreendedorismo Institucional: os criadores de instituições, os que dão continuidade às instituições, mantendo o seu *status quo*, e os disruptores das instituições ou inovadores. Para Kiperstok et al. (2002, p. 9), “[...] a inovação é orientada pelo mercado e pela regulamentação, pela prática de engenharia vigente e o padrão dos produtos e processos tecnológicos de um determinado setor”.

Na vertente institucional (e neoinstitucional), que, muitas vezes, pode ser incluída na área econômica ou mesmo sociológica, aqui é dada atenção especial, em razão do grande número de definições sobre campos organizacionais (QUADRO 4).

Quadro 4 – Perspectivas Teóricas sobre Campos Organizacionais

Perspectiva Teórica	Autores	Elementos-Chaves	Descrição
Campo como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio; Powell	Significação e Relacionamento	Conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott; Meyer	Função Social	Conjunto de organizações similares e diferentes, porém interdependentes, operando numa arena funcionalmente específica, comprometida técnica e institucionalmente, em associação com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.
Campo com centro de diálogo e de discussão	Hoffman; Zietsma; Winn	Debate por Interesse Temático	Conjunto de organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou de arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e de conflito	Vieira; Carvalho; Misockzy	Dominação e Poder de Posição	Campo como resultado da disputa por sua dominação, numa dinâmica pautada pela (re) alocação de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein; Swedberg; Jepperson	Poder e Estruturas Cognitivas	Construções produzidas por organizações detentoras de poder, que influenciam as regras de interação e de dependência do campo em função de seus interesses, que, por sua vez, são reflexos da posição delas na estrutura social.
Campo como rede estruturada de relacionamentos	Powell; White; Owen-Smith	Articulação Estrutural	Conjunto formado por redes de relacionamentos usualmente integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para a organização e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006).

De acordo com DiMaggio e Powell (1983, p. 149-150, tradução nossa), isomorfismo institucional pode ser definido como “...um processo restritivo que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que se defrontam com o mesmo conjunto de condições ambientais”. Neste caso, as organizações que atuam no mesmo campo de atuação competem pelo poder político e por legitimidade institucional, tendendo ao longo do tempo a serem mais homogêneas. As instituições desempenham papel-chave na formação do pensamento ecologicamente sustentável em uma organização (JENNINGS; ZANDERBERGEN, 1995; SUD; VANSANDT; BAUGOUS, 2008).

Existem basicamente três pilares da Teoria Institucional: o regulativo, o normativo e o cognitivo. Com suporte nos trabalhos de Scott (2007), o pilar regulativo se refere à racionalidade no comportamento organizacional, fincado sob as regras do jogo, monitorado, legislado. O pilar normativo é composto por valores e normas que facilitam, por exemplo, o financiamento da atividade empreendedora. E, por último, o pilar cognitivo representa o comportamento individual baseado na subjetividade, crenças, ações e legitimidade moral (BRUTON; AHLSTROM; LI, 2010). A sociedade julga as instituições por sua ética nos negócios e suas ações de responsabilidade socioambiental. Existem dois ramos de pensamento na Teoria Institucional (QUADRO 5).

Quadro 5 – Uma Comparação entre os Ramos da Teoria Institucional

Características	Ramo do Poder Econômico/ Político	Ramo da Teoria das Organizações/ Sociologia
Pressupostos	Pessoas tomam decisões baseadas na conveniência e padronização das regras e acordos	Pessoas tomam decisões baseadas em heurísticas por causa das limitações cognitivas e entram em ação baseadas em convenções e comportamento pré-consciente
Padrões de Comportamento humano	Regras e procedimentos, controle formal	Normas sociais, culturas compartilhadas, roteiros cognitivos e esquemas
Bases de legitimidade	Regras formais, procedimentos, e acordos	Moralmente rígida e crenças socialmente enraizadas
Relacionamento entre instituições e organizações	Instituições externas criam estruturas para organizações	As organizações se ajustam e estão de acordo com os valores e limites prescritos por instituições da sociedade
Autores representativos	North; Bonchek e Shepsle	DiMaggio e Powell; Meyer e Rowan

Fonte: Adaptado pelo autor de Bruton, Ahlstrom e Li (2010, p. 430, tradução nossa).

As diferenças entre estas duas correntes de pensamento são essenciais para o entendimento da Teoria Institucional. Enquanto a primeira é voltada para o poder econômico e político, e os atores no campo atuam de forma a constituir as instituições de acordo com seus interesses sem o aval coletivo, a segunda linha de estudiosos é formada pelos teóricos do ramo das Teorias das Organizações e da Sociologia e estuda as questões e preferências individuais em um contexto histórico e cultural (SCOT, 2007).

Na Economia Ecológica, os valores ambientais não são *a priori* pertencentes a indivíduos, mas sim constituídos socialmente por meio das influências institucionais, deixando claro que as instituições são formadoras de preferências por via de seus valores e normas (ZOGRAFOS; HOWARTH, 2008). E com a legitimidade moral ou legitimidade social, as ações das organizações são consistentes com o bem-estar da vida na comunidade e a sociedade de maneira geral (HANDELMAN; ARNOLD, 1999).

Sendo assim, do ponto de vista institucional, os projetos sociais por meio da inovação podem ser o arcabouço para uma mudança socioambiental mediante o empreendedorismo sustentável, que leva consideração fatores econômicos e não econômicos. A Teoria Institucional pode ajudar na aplicação da tríade econômica, social e ambiental, na medida em que as instituições estão diretamente ligadas ao mercado (SRIDHAR, 2011).

Para o *framework* de Shepherd e Patzelt (2011), no quesito- o que deve ser sustentável?- Podem-se ser inclusos: o ambiente de parcerias das instituições, instituições comunitárias de base e as trocas institucionais. E ainda no questionamento do que deve ser desenvolvido, podem-se envolver benefícios econômicos e ganhos não econômicos para terceiros.

A corrente do empreendedorismo institucional defende a ideia de que, para promover o empreendedorismo sustentável, é necessário criar instituições com visão de comunidades e estruturas institucionais na perspectiva de instituir um ambiente propício à sustentabilidade; portanto, o empreendedor institucional é requerido. Conforme Pacheco, Dean e Payne (2010, p. 469, tradução nossa),

Usando esta caracterização nos permite em última instância distinguir entre dois tipos de oportunidades de empreendedorismo sustentável: aquelas que envolvem descobertas dentro da estrutura organizacional existente e aquelas cujo empreendedor deve primeiro criar as instituições para facilitar sua exploração.

Envolvendo um aspecto mais psicológico, Shepherd e Paltezelt (2011) asseveram que, para detectar uma oportunidade viável de terceiros, que tanto sustente como desenvolva, não basta ficar somente atento às mudanças econômicas no ambiente, que podem decorrer de tecnologia ou do mercado, mas devem envolver o indivíduo e o seu ambiente natural e social (por exemplo, as comunidades), e mesmo até o ambiente cultural e etnocêntrico. Esta abordagem psicológica, no entanto, foge do escopo deste trabalho.

E ainda de acordo com Miles, Munilla e Darroch (2009, p. 68, tradução nossa) as iniciativas do Empreendedor Corporativo Sustentável são projetadas “[...] para aproveitar a inovação dentro das estratégias da empresa, produtos, processos ou definição de negócios, promovendo a algum aspecto da sustentabilidade”. Então, é possível resumir o esforço de definição de variados tipos de empreendedorismo de acordo com o quadro 5.

Quadro 5 – Caracterização de Diferentes Tipos de Empreendedorismo Orientados à Sustentabilidade

Caracterização	Ecoempreendedor	Empreendedor Social	Empreendedor Institucional	Empreendedor Sustentável
Principal Competência	Contribuir para solucionar o problema ambiental e criar valor econômico.	Contribuir para resolver problemas sociais e criar valor para a sociedade.	Contribuir para a regulação da mudança social e o marketing nas instituições.	Contribuir para resolver os problemas sociais e ambientais através da realização de um caso bem sucedido.
Principal Objetivo	Ganhar dinheiro resolvendo problemas ambientais.	Atingir o objetivo social e assegurar fundos para atingi-lo.	Mudar as instituições como objetivo direto.	Criar o desenvolvimento sustentável através das atividades empreendedoras corporativas.
Papel dos Objetivos Econômicos	Fins.	Meios.	Meios ou fins.	Meios e fins.

Papel dos Objetivos de não-mercado	Assuntos ambientais são integrados como elementos principais.	Objetivos sociais como finalidade.	Mudar as instituições como competência principal.	Elemento central integrado ao fim para contribuir com o desenvolvimento sustentável.
Mudança de Desenvolvimento Organizacional	Do foco em assuntos ambientais para integração com assuntos econômicos.	Do foco em assuntos sociais para integração com assuntos econômicos.	Da mudança das instituições com a integração com a sustentabilidade.	Da pequena a grande contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Schaltegger e Wagner (2011, p. 2-3, tradução nossa).

Estas definições são complementares, mas os termos são bem parecidos uns com outros, necessitando de estudos mais aprofundados. Para Murthy (2012), pelo caráter polissêmico dos conceitos que se sobrepõem tais como desenvolvimento sustentável, cidadania corporativa, empreendedorismo sustentável, TBL, ética nos negócios, e RSC- têm muitas vezes causado confusão e fragmentação de conceitos.

É importante, no entanto, balancear aspectos ambientais, sociais, institucionais, e econômicos adicionados a questões éticas e de responsabilidade social. O Empreendedorismo Sustentável pode ser definido como a continuidade do comprometimento de fazer negócios de maneira ética e contribuindo com o desenvolvimento econômico não esquecendo a qualidade de vida dos trabalhadores, das famílias, da comunidade local e global, assim como, as futuras gerações (MATHEW, 2009, p. 42).

Já o empreendedorismo social é uma atividade inovadora e de criação de valor social que pode ocorrer nas ou entre organizações não lucrativas, organizações lucrativas e organizações públicas. Tem como princípio básico ajudar a solucionar problemas de cunho social e assegurar recursos para atingi-los (meios), tendo objetivos sociais como finalidade. Difere de filantropia; tem como ação incrementar a riqueza social (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; SCHALTEGGER; WAGNER, 2011; TRIVEDI, 2010; ZAHRA et al., 2009).

Superando o empreendedorismo tradicional, mais relacionado a aspectos tecnológicos e à eficiência de mercado (ALVAREZ, 2005; CAMPANÁRIO, 2008; SCHUMPETER, 1988), o ecoempreendedorismo pretende contribuir para solucionar as questões ambientais e reunir valor econômico, tendo ambos integrados como fins (SCHALTEGGER; WAGNER, 2011). “A gestão socioambiental em uma organização pode ser desenvolvida com caráter filantrópico ou como objetivo estratégico” (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 19).

Já o empreendedorismo institucional objetiva mudar as instituições, mediante a regulação da mudança social e o marketing, com integração com a sustentabilidade (SCHALTEGGER; WAGNER, 2011). Nessa direção, “as atividades nas quais os empreendedores institucionais se envolvem são apenas as de cunho inovador, ou seja, as referentes a mudanças, quais sejam: criação ou transformação de instituições existentes” (OMETTO; LEMOS, 2010, p. 4).

Para formar, porém, uma oportunidade inovadora, que tanto contemple a sustentabilidade e o desenvolvimento, deve envolver viabilidade e empenho do projeto de olhar para além dele mesmo e seus interesses econômico-financeiros. As instituições “precisam se trans-



formar em agentes de mudança social ou, mais especificamente, em ‘**agentes socializantes**’ para se tornarem eficazes em promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza” (DEGEN, 2008, p. 19, grifo do autor).

Sendo assim, qual é a diferença entre o empreendedor social e o empreendedor institucional? Dacin, Dacin e Matear (2010, p. 51) trazem pistas para responder a esta indagação: “Dada uma missão social, os empreendimentos sociais estão incorporados ou situados em um contexto cultural e institucional mais amplo...” Eles pontuam que quanto à missão, processo e dimensões dos recursos existem distinções entre tipos de empreendedores (QUADRO 6).

Quadro 9 – Distinções entre 3 Tipos de empreendedores

	Convencional ou Tradicional	Institucional	Social
Distribuição de riqueza	Acionistas	Acionistas ou partes interessadas	Acionistas e ou partes interessadas
Forma predominante da organização	Lucrativa	Lucrativa	Não-lucrativa ou lucrativa
Objetivos primários (ou motivações)	Econômicas	Reforma institucional/ desenvolvimento	Mudança Social/ Bem-estar
Produtos	Criar e /ou distribuir produtos ou serviços aos consumidores	Estabelecer legitimidade	Promover ideologia/ mudança social
Tensões	Crescimento <i>versus</i> sobrevivência	Resistência à mudança (isomorfismo <i>versus</i> vantagem competitiva)	Sustentabilidade econômica <i>versus</i> missão social

Fonte: Adaptado pelo autor de Dacin, Dacin e Matear (2010).

Outro conceito dentro da questão empreendedora é o da gestão social. No entendimento de Fischer e Melo (2003), gestão social abrange várias articulações interorganizacionais, como: programas e projetos sociais, organizações sociais (ONGs, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs), empresas sociais (cooperativas, bancos), fundações empresariais, consultorias, organizações governamentais, agências financiadoras, organizações sociais (sindicatos, escolas) e movimentos associativos. É por isso que os Negócios Sociais estão teoricamente sob um “guarda-chuva” maior denominado Gestão Social.

Yunus (2007a) cunha uma extensão do termo sobre negócio social na perspectiva de que esse tipo de atividade trata de um negócio privado sem ter como objetivo principal a lucratividade. Os negócios sociais fazem parte de outra linha de pesquisa, denominada Gestão Social, mas que está ligada ao Empreendedorismo Social em seus fundamentos.

A ideia inovadora do Grameen Bank não surgiu de pesquisa de mercado ou de uma consultoria especializada, fugindo das regras de mercado. Yunus, após sua tese de doutorado, decide oferecer crédito subsidiado aos pobres das comunidades rurais de Bangladesh. O professor e doutor em Economia, tão somente, se inspirou em um vínculo pessoal com seu povo e uma visão compartilhada com aqueles agricultores das aldeias vizinhas à universidade (YUNUS, 2007a; SIMANIS; HART, 2009).

Nascia o Grameen Bank em 1979. Situado em áreas rurais de Bangladesh, surge com a perspectiva não de dar lucros para o banco, mas no intuito de atender aos direitos humanos básicos, tais como: nutrição, cuidados de saúde e educação. Após 30 anos de sua criação, o banco em Bangladesh já tinha 12.000 membros trabalhando, com 3,2 milhões de tomadores de empréstimo, em 45.000 vilarejos (YUNUS, 2007b).

No caso do Grameen Bank, os pobres podem ser acionistas dele, comprando ações intransferíveis com seu próprio dinheiro. Pode-se perceber que esta é uma solução para a pobreza que: utiliza os poderes de mercado de uma nova maneira; opera como uma empresa de negócios, com produtos, serviços, clientes, mercados, despesas e rendimentos; faz o incremento de um novo tipo de empreendedorismo, cuja motivação não seja o lucro, mas fazer o bem.

O Gramen Bank fornece uma infraestrutura de microempréstimos para pessoas que podem pagar pequenas quantias, por exemplo, uma galinha que gerará ovos que serão vendidos, uma vaca leiteira, ou mesmo um telefone celular que pode ser usado por toda uma aldeia. Geralmente estes empréstimos são feitos às mulheres, que são apoiadas por um grupo feminino que garante o pagamento do empréstimo no caso da impossibilidade da tomadora do crédito (BOYLE; SIMMS, 2009).

O exemplo do Grameen Bank em Bangladesh, onde o contexto cultural e institucional da oferta do microcrédito favorece aquelas mulheres a serem livres das normas e tradição de subserviência aos seus maridos, em alguns dos casos, redundou em violência familiar (DACIN; DACIN; MATEAR, 2010).

É considerado um exemplo de negócio social, no Brasil, o Banco Palmas. O Banco Palmas é um exemplo de empoderamento de uma comunidade cearense, localizada no Conjunto Palmeiras em Fortaleza, que conseguiu criar uma moeda própria de mesmo nome do banco, que é trocada entre seus pares, incentivando o comércio local e levando ao empreendedorismo social sustentável.

As inovações de base sustentável fazem parte da economia social, suas preocupações são sociais, culturais e éticas; sua forma institucional é pluralista, caracterizada por organizações voluntárias, grupos comunitários locais ou de interesse (alternativos), cooperativas; suas finanças são fruto de contribuição voluntária; praticam inovações sociais (MONAGHAN, 2009).

Nesse sentido, é uma oportunidade de contribuir teoricamente para a literatura atual sobre Empreendedorismo Sustentável, pois, na Academia, a literatura sobre o tema desse tipo de empreendedorismo está em desenvolvimento, com estudos publicados em *mainstream journals*, tais quais aqueles listados no *Thomson Reuter's Journal Citation (ISI Web of Science)* da *Social Sciences Citation Index (SSCI)*, como é o caso dos principais da área: *Journal of Business Venturing (JBV)* e o *Entrepreneurship, Theory and Practice (ET&P)*.

Em 2010, o JBV dedicou ao tema empreendedorismo sustentável a edição do volume 25, com o número 5, ampliando as perspectivas sobre o assunto. De acordo com Uriona-Maldonado, Santos e Varvakis (2012), a SSCI é considerada a mais importante fonte de dados bibliométricos para as Ciências Sociais. O tema empreendedorismo se assenta em abordagens oriundas de áreas do conhecimento, como Psicologia, Sociologia, Economia e Administração. A cada dia surgem modelos de negócios e projetos inovadores impulsio-



nando a prática empreendedora. Esta tônica conduz a academia e o mercado a privilegiarem este assunto, na perspectiva do entendimento dele e na criação de negócios.

Em um artigo de Kneipp et al. (2011, p. 450-451), em que foi feita uma análise bibliométrica, “observa-se que os estudos relacionados à inovação sustentável adquirem cada vez mais, importância, tendo em vista que a inovação e sustentabilidade estão diretamente relacionadas...” Os resultados dessa pesquisa (2011) demonstram que, de 2000 a 2010, o número de publicações aumentou em quase seis vezes na base *Web of Science*, chegando ao patamar de 195 publicações em 2010. Estes estudos de campo de empreendedorismo sustentável foram iniciados com publicações no Exterior (COHEN; WINN, 2007; DEAN; McMULLEN, 2007; HALL; DANEKE; LENOX, 2010; PACHECO; DEAN; PAYNE, 2010; PARRISH, 2010; PATZELT; SHEPHERD, 2011).

No Brasil, no entanto, o empreendedorismo sustentável parece ser uma área pouco desenvolvida em termos de literatura, ainda que seja um tema muito relevante de estudo. São citadas, no plano nacional, as pesquisas de Boszczowski e Teixeira (2009), que publicaram, no XXXIII Encontro da ANPAD-ENANPAD, o artigo intitulado “O Empreendedorismo Sustentável e o Processo Empreendedor: Em Busca de Oportunidades de Novos Negócios como Solução para Problemas Sociais e Ambientais”; e uma pesquisa, publicada dois anos depois no ENANPAD, pelos autores Cândido Borges et al. (2011), com o artigo “Empreendedorismo Sustentável: Proposição de uma Tipologia e Sugestões de Pesquisa”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões teóricas aqui apresentadas reforçam a aceitação do pressuposto central de que o empreendedorismo orientado à sustentabilidade tem diferentes formas de concepção na literatura, que abrangem o Ecoempreendedor, o Empreendedor Social, o Empreendedor Institucional e o Empreendedor Sustentável.

Essa contribuição para a teoria do empreendedorismo sustentável deve ser analisada no sentido de que possa ser verificada em pesquisas de campo, especialmente se forem encontrados em pesquisas empíricas os elementos relacionados à teoria emergente do empreendedorismo sustentável, como as práticas empreendedoras sociais, ambientais, econômicas e institucionais por meio das inovações sustentáveis e sociais.

Quanto aos conceitos de empreendedorismo social, ecoempreendedorismo, empreendedorismo institucional, empreendedorismo tradicional e suas diferenças, bem como similitudes no sentido do empreendedorismo sustentável, essa polissemia não se constituiu limitação do estudo, e sim uma forma de adequar conceitos, ora amenizando conflitos, ora sedimentando melhor o campo de estudos do empreendedorismo sustentável.

Com efeito, o empreendedorismo sustentável dá suporte à vida na comunidade e preserva a natureza por meio das práticas de responsabilidade socioambiental, com intenso relacionamento com a sustentabilidade das organizações e suas práticas institucionais.

O empreendedorismo sustentável envolve outras formas de empreendedorismo, como o social, o ambiental, o tradicional e o institucional. O estado da arte sobre o assunto indica que esses estudos avançam, ensejando intensiva base teórica para as inovações susten-

táveis. Este artigo sinaliza que é possível acrescentar à literatura sobre o tema inserções proveniente das Teorias da Responsabilidade Socioambiental e da Sustentabilidade.

4. REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. A. **Two Theories of Entrepreneurship**: Alternative Assumptions and the Study of Entrepreneurial Action. Discussion Papers on Entrepreneurship, Growth and Public Policy, p. 1-44, 2005. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/esi/egpdis>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

ARUNDEL, A.; KEMP, R. **Measuring Eco-Innovation**. UNU-MERIT Working Paper Series 017, United Nations University. Netherlands: Maastricht Economic and Social Research and Training Centre on Innovation and Technology, 2009. Disponível em: <<http://www.merit.unu.edu/>>. Acesso em: 12 maio 2011.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 30, p. 1-22, 2006.

BARATTER, M. A.; FERREIRA, J. M.; COSTA, M. C. Empreendedorismo institucional: considerações sobre imersão e mecanismo da teorização. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.

BORGES, C. et al. Empreendedorismo Sustentável: Proposição de uma Tipologia e Sugestões de Pesquisa. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. 1 CD-ROM.

BOS-BROUWERS, H. E. J. Corporate sustainability and innovation in SMEs: evidence of themes and activities in practice. **Business Strategy and the Environment**, p. 1-19, Apr. 2009.

BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.

BOYLE, D.; SIMMS, A. **The new economics**: a bigger picture. United Kingdom: MPG Books, 2009. 193 p.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BRUTON, G. D.; AHLSTROM, D.; LI, Han-Li. Institutional Theory and Entrepreneurship: Where Are We Now and Where Do We Need to Move in the Future? **Entrepreneurship, Theory and Practice**, p. 421-440, may 2010.

CAMPANÁRIO, M. A. **Tecnologia, inovação e sociedade**. 2008. Disponível em: <<http://www.campusoei.org/salactsi/milton.htm>>. Acesso em: 22 maio 2008.

COHEN, B.; WINN, M. I. Market imperfections, opportunity and sustainable entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, n. 22, p. 29-49, 2007.

CORRÊA, C. M.; HOELTGEBAUM, M. Empreendedorismo, análise do viés teórico do desenvolvimento sustentável. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 34-42, 2010.

DACIN, P. A.; DACIN, M. T.; MATEAR, M. Social Entrepreneurship: Why We Don't Need a New Theory and How We Move Forward From Here. **Academy of Management**, p. 37-57, ago. 2010.

DEAN, T. J.; McMULLEN, J. S. Toward a theory of sustainable entrepreneurship: Reducing environmental degradation through entrepreneurial action. **Journal of Business Venturing**, n. 22, p. 50-76, 2007.

DiMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, n. 48, p. 147-160, 1983.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão Social do desenvolvimento e interorganizações. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003.

GIBBS, D. Sustainability Entrepreneurs, Ecopreneurs and the Development of a Sustainable Economy. **Greenleaf Publishing Ltd.**, University of Hull, UK. GMI 55., 2009. Disponível em: <<http://www.greenleaf-publishing.com>>. Acessado em: 12 maio 2011.

GRANADOS, M. L. et al. Social enterprise and social entrepreneurship research and theory: a bibliometric analysis from 1991 to 2010. **Social Enterprise Journal**, v. 7, n. 3, p. 198-218, 2011.

HALL, J. K.; DANEKE, G. A.; LENOX, M. J. Sustainable development and entrepreneurship: Past contributions and future directions. **Journal of Business Venturing**, n. 25, p. 439-448, 2010.

HANDELMAN, J. M.; ARNOLD, S. J. The Role of Marketing Actions with a Social Dimension: Appeals to the Institutional Environment. **Journal of Marketing**, n. 63, p. 33-48, 1999.

JENNINGS, P.; ZANDBERGEN, P. Ecologically sustainable organizations: an institutional approach. **Academy of Management Review**, v. 20, p. 1015-1052, 1995.

KIPERSTOK, A. et.al. Inovação como requisito do desenvolvimento sustentável. **REAd**, ed. esp. 30, v. 8, n. 6, nov./dez. 2002.

KNEIPP, J. M. et al. Emergência temática da inovação sustentável: uma análise da produção científica através da base Web of Science. **Rev. Adm. UFSM**, v. 4, n. 3, p. 442-457, set./dez. 2011.

KIRKWOOD, J.; WALTON, S. What motivates ecopreneurs to start businesses? **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 6, n. 3, p. 204-228, 2010.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. esp., v. 10, p. 159-196, 2006.

MATHEW, V. Sustainable entrepreneurship in small-scale business: application, concepts and cases. **The ICFAI University Journal of Entrepreneurship Development**, v. 6, n. 1, p. 41-61, 2009.

McKAGUE, K. Dynamic capabilities of institutional entrepreneurship. **Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy**, v. 5, n. 1. p. 11-28, 2011.

MELO NETO, F. P. de; FRÓES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MILES, M. P.; MUNILLA, L. S.; DARROCH, J. Sustainable corporate entrepreneurship. **International Entrepreneurship Management Journal**, n. 5, p. 65-76, 2009.

MONAGHAN, A. Conceptual niche management of grassroots innovation for sustainability: the case of body disposal practices in the UK. **Technological Forecasting & Social Change**, n. 76, p. 1026-1043, 2009.

MURPHY, P. J.; COOMBES, S. M. A Model of Social Entrepreneurial Discovery. **Journal of Business Ethics**, v. 87, p. 325-336, 2008.

MURTHY, V. P. Integrating corporate sustainability and strategy for business performance. **World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, v. 8, n. 1, p. 5-17, 2012.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 232 p.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios-notas introdutórias. **Rev. FAE**, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

OMETTO, M. P.; LEMOS, E. L. Empreendedorismo institucional, agência e mudança institucional: uma contribuição ao institucionalismo organizacional. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

PACHECO, D. F.; DEAN, T. J.; PAYNE, D. S. Escaping the green prison: Entrepreneurship and the creation of opportunities for sustainable development. **Journal of Business Venturing**, n. 25, p. 464-480, 2010.

PARRISH, B. D. Sustainability-driven entrepreneurship: Principles of organization design. **Journal of Business Venturing**, n. 25, p. 510-523, 2010.

PATZELT, H.; SHEPHERD, D. A. Recognizing opportunities for sustainable development. **Entrepreneurship, Theory and Practice**, p. 631-652, jul. 2011.

PIMENTEL, T. A. B.; REINALDO, H. O. A.; OLIVEIRA, L. G. L. Empreendedorismo sustentável: uma análise da implementação da sustentabilidade empresarial em micro, pequenas e médias empresas industriais atendidas pelo PEIEX- no NUTEC. In: SIMPOI, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SIMPOI, 2010.

RAO, S. Renasce o imperador da paz. **Forbes**, v. 162, n. 5, 7, set. 1998. Disponível em: <ashoka.org.br>. Acesso em: 8 set. 2002.



RENNINGS, K. Redefining innovation-eco-innovation research and the contribution from ecological economics. **Ecological Economics**, v. 32, p. 319-332, 2000. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/ecocon>>. Acesso em: 16 maio 2011.

ROUERE, M. de; PÁDUA, S. M. **Empreendedores sociais em ação**. São Paulo: Cultura Associados, 2001.

SALZMANN, O.; IONESCU-SOMMERS, A.; STEGER, U. The business case for corporate sustainability: literature review and research options. **European Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 27-36, 2005.

SARTORIUS, C. Second-order sustainability-conditions for the development of sustainable innovations in a dynamic environment. **Ecological Economics**, n. 58, p. 268-286, 2006.

SCHALTEGGER, S.; WAGNER, M. Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: categories and interactions. **Business Strategy and the Environment**, n. 20, v. 4, p. 222-237, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Traduzido por Maria Sílvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**: ideas and interests. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007.

SHEPHERD, D. A.; PATZELT, H. The New Field of Sustainable Entrepreneurship: Studying Entrepreneurial Action Linking “What Is to Be Sustained” With “What Is to Be Developed”. **Entrepreneurship, Theory and Practice**, n. 35, p. 137-163, 2011.

SIMANIS, E.; HART, S. Innovation from the inside out. **Sloan Management Review**, v. 50, n. 4, p. 77-86, 2009.

SPENCE, M.; GHERIB, J. B. B.; BIWOLE, V. O. Sustainable Entrepreneurship: Is Entrepreneurial will Enough? A North–South Comparison. **Journal of Business Ethics**, n. 99, p. 335-367, 2011.

SRIDHAR, K. A multi-dimensional criticism of the Triple Bottom Line reporting approach. **Int. J. Business Governance and Ethics**, v. 6, n. 1, 2011.

SUD, M.; VANSANDT, C. V.; BAUGOUS, A. M. Social Entrepreneurship: The Role of Institutions. **Journal of Business Ethics**, n. 85, p. 201-216, 2008.

TEYMORPOR, S.; NAZARI, K.; EMAMI, M. The role of Social Entrepreneurship in Community. **Journal of Applied Sciences Research**, v. 8, n. 6, p. 2856-2865, 2012.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; JARVIS, O. Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: a Multilevel Model. **Organization Science**, n. 22, p. 60-80, 2011.

TRIVEDI, C. A Social Entrepreneurship Bibliography. **The Journal of Entrepreneurship**, v. 19, n. 1, p. 81-85, 2010.

URIONA-MALDONADO, M.; SANTOS, R. N. M. dos; VARVAKIS, G. State of art on the systems of innovation research: a bibliometrics study up to 2009. **Sociometrics**, Springer, p. 1-20, Feb. 2012.

YUNUS, M. Social Business what it is and what it is not. In: **Creating a World Without Poverty**, New York, Public Affairs, p. 21-40, 2007a.

_____. Credit for the Poor: Poverty as Distant History. **Harvard International Review**, Fall, 2007b.

ZAHRA, S. A. et al. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**, n. 24, v. 5, p. 519-532, 2009.

ZOGRAFOS, C.; HOWARTH, R. B. **Deliberative Ecological Economics**. New Delhi: Oxford University Press, 2008. 271 p.